



VEREADOR  
\*\*\* GABRIEL \*\*\*  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

Formoso do Araguaia-TO, 17 de Maio de 2021

**PROJETO DE LEI Nº 20/2021**

**DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA PRIMEIRA  
INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE  
FORMOSO DO ARAGUAIA-TO.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que deliberou o soberano Plenário desta Casa Legislativa, faz saber que aprovou o Projeto de Lei nº. 20/2021.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para elaboração e implementação das políticas públicas voltadas a primeira infância no município de Formoso do Araguaia-TO.

**§ 1º** As políticas públicas de primeira infância são instrumentos por meio dos quais o município assegura o atendimento dos direitos da criança na primeira infância, com vistas ao seu desenvolvimento integral, considerando-as como cidadão de direitos.

*Gabriel Rodrigues Bezerra*

**PROTOCOLO**  
Nº 184 de 17/05/2021  
as 11:51 hrs.  
*Dorivaldo Bandeira*



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 06 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

§ 3º De acordo com o caráter processual e a ligação com o ciclo de vida, esta lei inclui disposições sobre ações a serem realizadas no período da gestação, no contexto da família e das instituições.

§ 4º As políticas públicas a que se refere esta lei, bem como os planos, programas e serviços de atenção à criança executados pelo município, seguirão conforme preconiza o princípio da prioridade absoluta estabelecida no art. 227 da Constituição Federal e explicitada no art. 4º da Lei Federal n.º 8.069/ de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente), e no art. 3.º da Lei Federal n.º 13. 257, de 08 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Art. 2º As políticas públicas terão por objetivo principal assegurar a plena vivência da infância e simultaneamente como uma etapa de um processo contínuo de crescimento e desenvolvimento.

Parágrafo único. As políticas e ações referidas no "caput" deste artigo devem atender as peculiaridades dessa faixa etária e manterão intrínseca relação com aquelas direcionadas às etapas posteriores da vida da criança e do adolescente.

**CAPÍTULO II**  
**DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

Art. 3º As políticas públicas, programas e demais projetos implantados direcionados a primeira infância, seguirão os seguintes princípios:

I – atenção ao interesse superior da criança;

*Gabriel Rodrigues Bezerra*





VEREADOR  
★ ★ ★ **GABRIEL** ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

- II – desenvolvimento integral, abrangendo todos aspectos da personalidade, com foco nas interações, de acordo com a visão holística da criança;
- III – respeito à individualidade de cada criança, observando seu ritmo próprio, coordenação motora e histórico de saúde;
- IV – valorização das diversidades da infância, existentes no município;
- V – inclusão das crianças com deficiências, transtornos de desenvolvimentos e altas habilidades ou superdotação e/ou outras situações em que exige uma atenção especializada;
- VI – fortalecimento do vínculo familiar e comunitário;
- VII – participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito de acordo com o estágio de desenvolvimento e as formas de expressão próprias da idade;
- VIII – corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na atenção integral dos direitos da criança;
- IX – investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação, respeitando o princípio da isonomia ao acesso de bens e serviços direcionados as crianças na primeira infância;
- X – valorização e formação adequada e permanente dos profissionais que atuam diretamente com as crianças na primeira infância, respeitando as diretrizes do Plano de Educação Municipal;
- XI – valorização e fomento da cultura do “cuidador” por meio de proteção integral e promoção da criança como cidadã ativa na sociedade.

**Art. 4º** São diretrizes para elaboração e implementação das políticas pela primeira infância:

- I – abordagem multidisciplinar e intersetorial em todos os níveis, inclusive nos territórios de atuação dos serviços de atendimento da população;
- II – participação das famílias e da sociedade, por meio de organizações representativas;
- III – planejamentos para a primeira infância a curto, médio e longo prazo para os planos e programas a serem desenvolvidos;

*Gabriel Rodrigues Bezerra*



VEREADOR  
★ ★ ★ **GABRIEL** ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

- IV – previsão e destinação de recursos financeiros segundo o princípio da prioridade absoluta na garantia dos direitos da criança e do adolescente;
- V – monitoramento permanente, avaliação periódica e ampla publicidade das ações e dos resultados.

**Art. 5º** Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas de atenção as crianças na primeira infância:

- I – a saúde materno infantil;
- II – a segurança alimentar e nutricional, combatendo a desnutrição e a obesidade infantil, assim como os demais transtornos alimentares na infância;
- III – a educação infantil;
- IV – o combate à pobreza;
- V – a convivência familiar e comunitária;
- VI – a assistência social a família e a criança;
- VII – a cultura da infância e para a infância;
- VIII – o brincar e o lazer;
- IX – direito ao meio ambiente sustentável e interação e convívio em espaço público;
- X – a participação na gestão humana;
- XI – a proteção contra todas as formas de violências possíveis;
- XII – medidas de prevenção a acidentes;
- XIII – a proteção contra a publicidade com intuito abusivo, incompatíveis com a idade e a exposição precoce aos meios de comunicação.

**Art. 6º** As políticas públicas, voltadas à primeira infância, dentre outras metas, deverão contemplar as ações multidisciplinares que visem:

- I – Setor de educação:
  - a) universalização da educação infantil para crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos;
  - b) amplo atendimento para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, conforme demanda, dando prioridade as situações de maior emergência que são as que vivem na pobreza ou

*Gabriel Rodrigues Bezerra*





VEREADOR  
★ ★ ★ **GABRIEL** ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

situação de extrema pobreza, devido a vulnerabilidade social e riscos ao desenvolvimento;

- c) a educação integral, considerando, a diferença entre o educar e cuidar, tendo como eixo estruturante, as interações e o brincar;
- d) a melhoria permanente com a qualidade da oferta, com a implementação de uma proposta pedagógica planejada e periodicamente avaliada, com instalações e equipamentos, que possam suprir a infraestrutura estabelecida nas legislações em vigor com profissionais qualificados e materiais adequados a proposta pedagógica;
- e) a ampliação da participação da família no planejamento e nas ações escolares;
- f) a qualidade da alimentação escolar e sua adequação às necessidades de desenvolvimento em cada fase de vida durante a primeira infância;
- g) a formação permanente e em serviço dos educadores e da equipe técnica a seus auxiliares;
- h) ampliação de acervo de livros infantis, brinquedos e outros materiais de apoio às práticas pedagógicas nas escolas e creches municipais;
- i) o desenvolvimento de ações voltadas à prevenção da gravidez e de (DST), Doença Sexualmente Transmissíveis na adolescência;
- j) atenção diferenciada as estudantes grávidas e as que já são mães.

**II – Setor de saúde:**

- a) a orientação, o preparo e o amparo da gestante, bem como orientação sobre crescimento e desenvolvimento saudável do bebê e da criança;
- b) a atenção humanizada à gravidez ao parto e ao puerpério;
- c) a promoção da amamentação no local de trabalho, com base nas diretrizes de proteção da maternidade, da Organização Internacional do Trabalho;
- d) a implementação do Guia elaborado pelo Ministério da Saúde, “Dez passos para o sucesso do aleitamento materno” nas maternidades, incluindo o fornecimento de leite materno para recém-nascidos, doentes e em situação de vulnerabilidade;
- e) o aconselhamento qualificado para amamentação nas instalações de saúde;

*Gabriel Rodrigues Bezerra*



VEREADOR  
★ ★ ★ GABRIEL ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

- f) a aproximação entre as unidades de saúde e os bairros e o incentivo às redes comunitárias que apoiam e promovem a amamentação;
- g) acesso ao exame de diagnóstico precoce da gravidez, ao pré-natal, com profilaxia de prevenção e tratamento de doenças diagnosticadas, ao atendimento que aborde a dimensão emocional da gestante e sua família, visita programa a unidade de referência;
- h) realizar trabalho preventivo de detecção de doenças comuns e prevalentes da primeira infância;
- i) a ampliação dos exames de rotina de saúde bucal. Ocular e auditiva, bem como a orientação a respeito das doenças mais frequentes na infância;
- j) a garantia de vacina a população infantil do município, conforme recomenda o Programa Nacional de Imunização;
- k) a informatização do sistema de registro de cadastro da carteira de vacinação e unificação dos serviços de saúde, com acesso aos dados por todos os órgãos municipais que promovam o atendimento da criança na primeira infância e a seus familiares, se solicitado;
- l) orientação aos familiares, sobre amamentação, alimentação complementar saudável, formação do vínculo afetivo, crescimento e desenvolvimento infantil integral, cuidados especiais a crianças com transtornos global de desenvolvimento, prevenção de acidentes e educação, reprimindo de todas as formas de castigo, físico, psicológico, e demais possíveis, conforme preconiza a Lei Federal n.º 13.010 de 26 de junho de 2014 que alterou a Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990;
- m) a formação permanente dos profissionais, incluindo o preparo para atuação intersetorial;
- n) acesso universal ao leite, independente do peso, para crianças de família extremamente vulnerável, como princípio de segurança alimentar e combate à desnutrição.

**III – Setor de Assistência Social:**

*Gabriel Rodrigues Bezerra*





VEREADOR  
★ ★ ★ **GABRIEL** ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

- a) o apoio à formação, o fortalecimento ou restauração do vínculo afetivo entre a criança, a família e a comunidade, com programas específicos para os casos em que a criança esteja em abrigo ou em programa de proteção social;
- b) a adoção de medidas sócias preventivas e a ampliação dos programas de atendimento à criança em situações de vulnerabilidade e risco;
- c) a priorização do programa Família Acolhedora, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, normativas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e demais Legislações Federais que regulamentam o programa; Lei Federal n.º 8.069/1990, e da Resolução n.º 145 de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- d) o apoio à participação das famílias em redes de proteção e cuidado da criança em seus contextos sociofamiliar e comunitário;
- e) o estímulo à notificação de toda forma de violência contra a criança e a adoção de medidas educativas, visando ao respeito e ao cuidado integral na primeira infância;
- f) a promoção da cultura de paz como forma de redução de violência.

**IV – Setor de Cultura e Lazer**

- a) o respeito à formação cultural da criança relativamente à identidade cultural e regional e a condição socioeconômica, étnico-racial, linguística e religiosa;
- b) a participação das crianças em manifestações artísticas e culturais, com ênfase no patrimônio cultural do município;
- c) a realização de exposições itinerantes de produções artísticas das crianças, bem como visitas a museus, exposições e feiras culturais;
- d) a ampliação dos espaços e programas de lazer e recreação, prioritariamente nas áreas de maior vulnerabilidade social.

**Art. 7º** Terão prioridade nas políticas, programas, planos, projetos e serviços voltados ao atendimento a criança na primeira infância:

**I** – as famílias identificadas nas redes de saúde, educação, assistência social, e pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente que:

*Gabriel Rodrigues Bezerra*



VEREADOR  
★ ★ ★ **GABRIEL** ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

- a) se encontre em situação de vulnerabilidade e risco;
- b) sofram violações a seus direitos, prejudicando seu papel protetivo de cuidado e educação;
- c) tenham crianças com deficiência;
- d) violação ou relativização de seus direitos;
- e) violência, castigos físicos e humilhantes, exploração ou em situação degradante;
- f) desnutrição ou obesidade infantil;
- g) abandono ou omissão que as privem dos estímulos essenciais ao desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo.

**CAPÍTULO III**  
**DO COMITÊ GESTOR**

**Art. 8º** As políticas setoriais voltadas ao atendimento dos direitos da criança de zero a seis anos serão articuladas com vistas à constituição/criação da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, prevendo-se instância de coordenação multissetorial, na forma do Comitê Gestor Intersetorial, com representação plural do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, dos Conselhos Tutelares Municipais e outras que se fizerem necessário, conforme dispuser o regulamento.

**CAPÍTULO IV**  
**DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**Art. 9º** Compete ao Comitê Gestor Intersetorial referido no art. 8º desta lei, articular as políticas e outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento das crianças na primeira infância, com objetivo de promover o atendimento de forma integral, bem como manter o monitoramento e avaliação periódica.

**Art. 10** Para efeitos de avaliação e monitoramento, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e manter instrumento individual de registro unificado de dados

*Gabriel Rodrigues Bezerra*





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

relativos ao crescimento e desenvolvimento da criança, a serem divulgados periodicamente no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia.

**CAPÍTULO V**  
**DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Art. 11 As políticas públicas a que se refere o art. 6º desta lei, serão objeto do Plano Municipal da Primeira Infância, referenciado e articulado com os Planos Estadual e Nacional da Primeira Infância, observando-se, na sua elaboração:

- I** – duração decenal ou superior;
- II** – abrangência ampla dos direitos da criança, respeitando a faixa etária;
- III** – concepção integral da criança como pessoa, sujeito de direitos e cidadã;
- IV** – inclusão de todas as crianças, com prioridade absoluta às que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco;
- V** – elaboração conjunta e participativa de todos os setores e órgãos municipais que atuam em áreas que tem competências diretas ou relacionadas à vida e desenvolvimento;
- VI** – participação da sociedade por meio de organizações civis, representativas e das famílias e crianças, na sua elaboração;
- VII** – articulação e complemento das ações com as da União e Estados no que se refere a primeira infância.

**CAPÍTULO VI**  
**DO APOIO ÀS FAMÍLIAS**

Art. 12 Os programas destinados ao fortalecimento da família no exercício do cuidado e educação dos filhos na primeira infância, articularão as ações voltadas as crianças no



VEREADOR  
★ ★ ★ **GABRIEL** ★ ★ ★  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

**Art.13** As políticas de apoio governamental direcionadas as famílias, que incluem visitas domiciliar, promoção da maternidade e paternidade responsável, poderão se articular em várias áreas: saúde, nutrição, educação, assistência social, lazer, cultura, meio ambiente e direitos humanos, com o objetivo de buscar ao máximo o desenvolvimento da criança.

**Art.14** As ações de visita domiciliar que estimulem o desenvolvimento integral na primeira infância serão consideradas estratégias de atuação do Poder Executivo e deverão contar com profissionais qualificados, apoiados por medidas que assegurem sua permanência e formação continuada.

**CAPÍTULO VII**  
**DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Art. 15** A sociedade participará da proteção e da promoção da criança na primeira infância, de forma solidária com a família e poder público, dentre outras formas:

- I** – formulando políticas e controlando ações, por meio de organizações representativas;
- II** – integrando conselhos sobre primeira infância, que tenham a função de acompanhar, fiscalizar e avaliar;
- III** – criando, apoiando ou participando das redes de proteção e cuidado a crianças nas comunidades.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS PARCERIAS**

**Art. 16** Para fins de execução de políticas públicas de primeira infância, o Poder Executivo poderá firmar convênios com órgãos da Administração Direta ou Indireta, na forma da lei.

*Gabriel Rodrigues Bezerra*





VEREADOR  
\*\*\* GABRIEL \*\*\*  
**BEZERRA**  
UM JOVEM DE FÉ E COMPROMISSO



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

Parágrafo único. As parcerias de que tratam o caput deste artigo serão precedidas, obrigatoriamente, de licitação ou chamamento público, aos quais se dará ampla publicidade.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 17** Cada secretaria municipal responsável pelo atendimento à criança na primeira infância, no âmbito de sua competência, elaborará proposta orçamentária para financiamento dos programas, serviços e ações.

**Art. 18** O município informará por meio das mídias sociais (portal de transparência), as informações a sociedade civil, anualmente, desde a soma de recursos aplicada em cada programa e serviços voltados a primeira infância e o percentual estimado que os valores representam em relação ao respectivo orçamento realizado.

**Art. 19** O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.

**Art. 20** As despesas decorrentes da execução do disposto nesta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Aos dezessete dias de maio de dois mil e vinte um (17/05/2021), Gabinete do Vereador Gabriel Bezerra.

*Gabriel Rodrigues Bezerra*  
**GABRIEL BEZERRA**  
Vereador





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO**  
**GABINETE DO VEREADOR GABRIEL BEZERRA**

Formoso do Araguaia-TO, 19 de Maio de 2021

**JUSTIFICATIVA - PROJETO DE LEI 020/2021**

**Assunto:** Dispõe sobre a elaboração e implementação de políticas públicas para Primeira Infância no município de Formoso do Araguaia-TO.

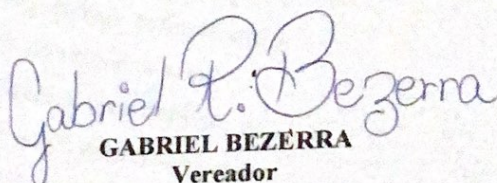
O presente Projeto de Lei tem por interesse definir princípios, diretrizes e competências para o fortalecimento do atendimento à Primeira Infância, que compreende os seis (06) primeiros anos de vida.

O intuito é inserir as crianças no plano municipal de administração, tendo a mesma como prioridade para tais investimentos e atividades citados no próprio Projeto.

Respeitando a CF no seu artigo 227, ECA no seu artigo 4º e Marco Legal da Primeira Infância, artigo 3º, cumpre-se o objetivo de organizar políticas públicas que envolvem crianças e ter seus devidos direitos como prioridade absoluta.

O tal tem como meta a criação do Plano Municipal da Primeira Infância, com cronograma, orçamento específico, objetivos e metas a serem atingidos.

Em síntese, o Projeto de Lei 020/2021 traz o completo interesse em resguardar direitos fundamentais das crianças, como educação, saúde, assistência social, etc. e combate e tratamento em áreas prioritárias para evitar violência doméstica, abuso ou exploração infantil, desnutrição, entre outros problemas que afetam, principalmente, as famílias mais carentes.

  
**GABRIEL BEZERRA**  
Vereador